

A CRISE AÇUCAREIRA NO NORDESTE DO BRASIL

Manuel Correia de Andrade*

01 – INTRODUÇÃO

O Brasil, país de grande extensão territorial (8.511 965 Km²) e de população muito elevada (162.100.000 hab em 1998), é considerado o quinto do mundo em superfície, suplantado apenas pela Federação Russa, pelo Canadá, pela China e pelos Estados Unidos. Em população é o quarto do mundo, sendo inferior apenas à China, à Índia e aos Estados Unidos. Do ponto de vista geoeconômico, está dividido em três grandes regiões, a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Sul, correspondendo este a três grandes regiões geográficas - o Sudeste, o Centro-Oeste e o Sul.

Quanto à produção, o Brasil se destaca não só como um país emergente, bastante industrializado, como também como um grande produtor de alimentos e de minérios. No que diz respeito à produção de alimentos, ele é um importante produtor de café, de açúcar, de soja, de milho e de cacau. Daí, a sua posição de destaque no mercado internacional, como exportador e como importador de diversos produtos.

A produção de cana de açúcar, que atingiu na safra 1998/99 311.333.010 t, está concentrada sobretudo na região Centro-Sul (Tabela nº I) que, com 268.903.628 t, corresponde a cerca de 86,20% da produção nacional, enquanto o Nordeste, representava 13,68%, e a Amazônia apresentava um ínfimo percentual de 0,12%. Pode-se, desse modo, ignorar a produção da Amazônia que é, em grande parte, feita por engenhos primitivos, dedicados à produção de açúcar mascavo, da rapadura e da aguardente, consumidos na própria região, sendo insuficientes para o consumo o que a torna importadora da produção das demais regiões.

* Professor emérito, integrante da Fundação Joaquim Nabuco / PE

02 Distribuição geográfica da produção

No Centro Sul e no Nordeste a produção da cana de açúcar é feita por grandes usinas que controlam tanto a atividade industrial como, em grande parte, a agrícola. As empresas, além de deterem o controle dos estabelecimentos industriais, detêm também a propriedade de grandes áreas em que cultivam diretamente, através de administradores, mas adquirem a produção de agricultores que possuem propriedades médias e grandes e produzem cana para vender às empresas – chamados fornecedores. Em geral eles estão vinculados por contratos a empresas industriais e utilizam uma tecnologia agrícola moderna. Ocorre com frequência a existência de produtores agrícolas que são sócios dos grupos industriais. Esses grupos são, em sua imensa maioria, capitalistas radicados no próprio país e ligados, no Nordeste, a famílias oligárquicas do período colonial, e no Centro Sul tanto a famílias destas origens como a grupos descendentes de imigrantes italianos que se radicaram no país, nos fins do século XIX e início do século XX, como os Ometto e os de Biagi.

Analisando-se a tabela nº 1, observa-se que no período de 1998/99 a produção do Centro Sul vem em constante crescimento, tendo se elevado 167.693.997 t. de cana na safra de 1988/89 para os 268.503.628 t. em 1998/99. Teve, assim, neste período, um decênio, um crescimento de 101.209.631 t. ou cerca de 37,63%, havendo apenas uma pequena queda na safra 1991/92. De um modo geral, o aumento da produção de uma para outra safra resultou tanto do crescimento da produção da cana destinada a cada unidade de produção como da implantação de novos estabelecimentos industriais (ANDRADE, 1994).

Tabela 1
Produção de Cana de Açúcar no Brasil, no Centro-Sul e no Nordeste, nas Safras de 1988/89 a 1998/99 (em toneladas)

PAÍS/REGIÃO/ ESTADO	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
BRASIL	221.638.997	224.477.323	222.865.026	228.889.761	224.736.988	218.875.973	243.498.601	252.640.496	288.631.470	303.626.178	311.933.010
CENTRO-SUL	167.693.285	164.007.915	170.401.411	179.030.917	176.809.589	184.088.484	196.314.744	204.461.473	232.274.395	249.742.976	268.903.626
NORDESTE	53.528.836	60.208.122	52.252.807	49.579.825	47.715.570	34.452.028	46.745.069	47.719.889	55.986.736	53.451.396	42.700.770
MARANHÃO	623.787	732.838	693.944	359.559	315.995	281.487	506.961	567.594	725.190	698.988	1.118.330
PIAUI	286.709	459.039	567.836	383.653	306.469	242.999	328.196	414.324	319.365	337.032	312.580
CEARÁ	654.397	579.351	506.237	419.863	296.233	184.070	221.804	459.642	404.580	325.613	367.684
R. G. DO NORTE	2.830.844	2.530.074	2.169.458	1.907.703	2.304.880	1.503.432	2.411.315	2.414.480	2.558.041	2.645.204	2.720.636
PARAIBA	4.677.125	4.983.175	4.570.479	4.415.546	3.896.178	2.174.601	3.499.922	3.727.764	4.742.586	4.873.221	3.765.266
PERNAMBUCO	20.499.496	21.886.286	18.679.260	18.328.157	17.252.599	12.055.943	16.865.299	17.165.219	20.329.066	16.970.757	14.438.611
ALAGOAS	21.316.778	26.410.502	22.617.202	21.482.547	21.111.847	15.826.998	20.120.716	19.917.937	23.542.254	23.698.078	16.759.722
SERGIPE	1.413.841	1.415.193	1.395.449	812.848	806.099	589.742	789.149	728.731	1.043.931	1.121.277	889.489
BAHIA	1.223.857	1.211.661	1.052.942	1.470.048	1.465.270	1.622.756	1.921.704	2.324.298	2.321.713	2.581.225	2.328.452

Fonte: MICT, AIAA, SINDALCOOL, SINDAÇUCAR/PE, SIND./AL, ASSUCAL/AL e Unidades Produtoras

No Nordeste, comparando-se a produção de 1988/89, de 53.526.835 t de cana, com o da safra de 1998/99, de 42.700.770 t, vê-se que teria havido, no decênio, uma queda de produção da ordem de 20,22%, ou seja, de um quinto da produção; mas esta queda de produção sofreu oscilações, sendo decrescente no período de dez anos, desde a safra de 1990/91 até a de 1993/94, para se recuperar paulatinamente desde este ano até a última safra analisada, a de 1997/98, voltando a cair na safra seguinte. Esta queda da produção de cana no Nordeste pode ser atribuída a uma série de fatores, como a ocorrência de secas prolongadas, a desorganização da produção regional, em função da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, que durante décadas controlou e orientou a produção brasileira de açúcar, e da quebra de numerosos grupos agroindustriais da região. Também se deve salientar que numerosos empresários nordestinos transferiram seus investimentos e até, em alguns casos, os seus estabelecimentos para o Centro Sul, sobretudo para os estados de Minas Gerais, de Goiás, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Os incentivos obtidos nestes estados, o menor custo de produção, sobretudo, a maior produtividade agrícola e a proximidade do mercado consumidor favoreceram estas transferências, que ainda continuam a ocorrer.

Se distribuirmos a produção de cana pelos estados do Nordeste, observaremos que dois estados se destacam. Pernambuco e Alagoas que tiveram, respectivamente, uma produção de 20.299.498 t e 21.316.778 t na safra 1988/89 e 14.438.611 t e 16.753 722 t em 1998/99. Os demais estados apresentaram produções modestas, como a Bahia, o Rio Grande do Norte e a Paraíba ou de pequena expressão, como o Maranhão, o Ceará, o Piauí e Sergipe. Assim, os dois estados de produção mais expressiva, Alagoas e Pernambuco, tiveram, na safra de 1988/89, uma produção que correspondeu a 78,12% da produção regional e na safra de 1998/99 a cerca de 73,06%. A participação desses dois estados, na região, apresentou uma pequena queda. Analisando-se a tabela nº 1 e observando-se a produção de cada estado, nota-se um período crítico de queda nas safras de 1991/92 a 1993/94, para tomar um crescimento atenuado desta safra até a de 1997/98, voltando a cair na safra seguinte. A partir dos fins de 1999, quando se observa a ocorrência de uma maior pluviosidade, espera-se um crescimento da produção. Ocorre, porém, que este período chuvoso veio após um período de seca rigoroso e de modificações desfavoráveis no mercado nacional e

internacional, provocando o encerramento de atividades de numerosas usinas e até o desmonte de estabelecimentos industriais. Desse modo, a seca desorganizou a produção e o mercado a está destruindo.

03 – A produção de Açúcar

Analisando-se o mesmo decênio, observa-se que a produção de açúcar no Brasil teve uma pequena queda da safra de 1988/89 para a de 1989/90, seguindo-se, a partir desta, um crescimento ponderável a cada ano. Assim, se a produção de açúcar foi de 8.070.212 t na primeira safra, dez anos depois, na de 1998/99, ela alcançou os 17 715.508 t, mais do que duplicando a produção. Crescimento maior ainda ocorreu no Centro-Sul, onde a safra de 1988/89 foi de 5.253.242 t, na de 1998/99 foi de 15.074.906 t (Tabela nº 2). Assim, a safra do Centro-Sul, que não correspondeu a duas vezes a safra nordestina, dez anos depois correspondeu a 5,7 vezes. Isto porque, enquanto a primeira se multiplicara quase três vezes, a segunda tivera uma pequena queda. Nos estados líderes da região, Alagoas teve uma produção ascendente, com pequenas exceções em algumas safras, enquanto Pernambuco, que tinha a maior produção na safra de 1988/89 – 1.258.746 t, viu a mesma cair até 964.001 na safra de 1998/99 – Alagoas teve a sua produção ascendente desde 1.090.095 t em 1988/89 até 1.243.300 t na safra de 1998/99. Sua produção mais elevada ocorreu no ano anterior, quando superou 1.800.000 t. Pernambuco, que fora tradicionalmente o estado maior produtor de açúcar do Brasil, até a década de cinquenta, quando foi suplantado por São Paulo, foi suplantado por Alagoas na safra de 1990/91.

Tabela 2
Produção de Cana de Açúcar do Brasil, do Centro-Sul e do Nordeste, nas Safras de 1988/89 a 1998/99 (em toneladas)

PAÍS/REGIÃO/ ESTADO	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
BRASIL	8.070.212	7.264.180	7.426.310	8.658.361	9.330.565	9.359.447	11.897.937	12.695.289	13.626.724	14.972.441	17.715.508
CENTRO-SUL	5.253.242	4.154.749	4.534.023	5.834.774	6.142.717	7.008.673	8.516.714	9.315.505	10.423.413	11.366.517	15.074.905
NORDESTE	2.816.970	3.109.430	2.892.288	2.823.588	3.187.848	2.350.774	3.381.223	3.379.784	3.203.311	3.608.924	2.640.602
MARANHÃO	30.260	26.705	25.082	19.918	13.485	12.158	25.017	63.680	25.337	8.599	14.041
PIAUI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CEARA	40.952	37.522	35.341	31.141	24.837	15.764	15.584	29.935	23.080	21.801	12.801
R. G. DO NORTE	103.883	114.166	91.570	103.290	131.079	75.475	137.075	126.317	128.420	155.033	127.945
PARAIBA	107.838	112.657	104.886	86.748	85.335	42.481	66.581	57.778	79.341	105.395	61.911
PERNAMBUCO	1.258.746	1.350.866	1.215.145	1.162.883	1.309.642	955.366	1.345.200	1.357.151	1.222.838	1.247.766	984.001
ALAGOAS	1.090.095	1.281.457	1.234.987	1.243.282	1.438.052	1.061.015	1.560.568	1.543.349	1.522.167	1.837.888	1.242.300
SERGIPE	86.336	93.832	102.520	81.048	87.983	45.285	57.855	45.657	60.493	73.384	46.001
BAHIA	96.073	87.727	80.256	112.194	117.167	140.128	171.134	153.175	138.010	151.322	143.235

Fonte: MICT, AIAA, SINDALCOOL, SINDAÇUCAR/PE, SIND./AL, ASSUCAL/AL e Unidades Produtoras

O fato é que Alagoas tinha uma grande vantagem sobre Pernambuco, porque pôde expandir os seus canaviais nos tabuleiros – superfícies planas e de solos silicosos, que, enriquecidos com adubo orgânico, puderam ser ocupados pelos canaviais. Em Pernambuco, onde dominavam encostas de difícil mecanização, ou, em menor escala, várzeas inferiores dos rios próximos à desembocadura no Atlântico, não havia condições de competição. Estas várzeas de solos de massapê e de turfa não podiam ser irrigadas devido à salinidade elevada das mesmas; além disso, nos solos de turfa tornava-se difícil a utilização de tratores, porque, como veículos pesados, estavam sujeitos a atolar.

A Bahia, que se tornou o terceiro produtor regional de açúcar, a partir da safra de 1990/91, conseguiu esta posição apesar da decadência dos canaviais do Recôncavo da baía de Todos os Santos, pelo ingresso, na produção, da usina Mandacaru, instalada no sertão do São Francisco e que desenvolveu a cultura canavieira em área de clima semi-árido, graças ao uso intensivo da irrigação (ANDRADE, 1994) uma experiência única no Nordeste. O Rio Grande do Norte e a Paraíba têm expressiva produção açucareira na zona litorânea, em vales dos baixos cursos dos rios, onde utilizam a irrigação. Os estabelecimentos são pouco numerosos, dois em cada estado, e além do açúcar produzem álcool (ANDRADE, 1994). Em Sergipe, ocorre a existência de uma única fábrica, a de São José do Pinhal, que absorveu ao longo dos anos numerosas pequenas usinas e que, praticamente, monopoliza a produção do estado.

Numerosas destas usinas possuem destilarias anexas, produtoras de álcool, que concorrem no mercado com a produção das destilarias avulsas. No Maranhão a produção de açúcar vem caindo constantemente, de vez que, atingindo as 30.260t na safra 1988/89, decresceu até as 8.599 t em 1997/98, recuperando-se um pouco na safra seguinte, atingindo 14.041 t. O Piauí, com o fechamento da pequena e mais antiga usina, Santana, encerrou a sua produção de açúcar, antes do período estudado.

O açúcar produzido no Nordeste é, em parte, destinado à exportação para os grandes consumidores, como os Estados Unidos, a União Européia e países asiáticos, como a China e o Japão. O açúcar exportado é do tipo demerara, rico em melaço, o que beneficia o país consumidor por fazer com a refinação, uma segunda

industrialização. É um sistema tradicional, implantado há mais de um século. Como a exportação do açúcar correspondeu a 6.068.135 t em 1998/99, pode-se admitir que a produção de demerara correspondeu a quase um terço da produção total de açúcar.

Dois terços da produção ou, mais precisamente, 66,75%, são destinados ao mercado interno, sendo do tipo cristal, e grande parte se destina a outras indústrias alimentícias e parte ao consumo direto da população; ele é ensacado em pequenos invólucros de um ou dois quilos e vendido nos supermercados e outros entrepostos comerciais. Em sua maior parte as próprias indústrias que produzem o cristal procedem à refinação e também ensacam para a comercialização no mercado interno, o açúcar demerara, dando denominação ao mesmo para individualizá-los, distinguindo-o da produção dos concorrentes.

Há também, paralelamente, uma produção pouco expressiva de rapadura e açúcar mascavo, oriunda dos velhos engenhos banguês que sobreviveram e que agora começam a renascer, face ao crescimento de consumo dos chamados produtos naturais. Esta produção ocorre quase sempre em áreas mais distantes dos grandes centros produtores de açúcar, como a Amazônia e o sertão do Nordeste.

O açúcar, que no passado foi essencialmente um produto de exportação, hoje destina ao mercado externo apenas 34,25% da produção nacional; esta exportação, que foi predominantemente nordestina, passou a ser conquistada pelos produtores do Centro-Sul, a partir da safra de 1993/94. Inicialmente, o Nordeste tinha a primazia da produção de açúcar do país e atendia à demanda do mercado externo e das demais regiões do Brasil. Após a Segunda Guerra Mundial a produção do Centro-Sul passou a ter um grande crescimento e a abastecer a sua área, deixando ao Nordeste o mercado externo. Na safra de 1988/89 (tabela nº 3) a contribuição do Centro-Sul à exportação brasileira de açúcar foi de apenas 182.111 t, correspondendo a 11,78% das exportações nacionais. O crescimento vertiginoso da produção regional fez recuar a produção nordestina e na safra de 1993/94 a contribuição do Centro-Sul correspondeu a 73,17% da exportação brasileira. A produção nordestina vinha mantendo uma participação expressiva, embora minoritária, na mesma, até a safra 1997/98, da ordem de 34,09%. Na safra 1998/99 deu-se, porém, a debacle, quando as exportações nordestinas caíram

para 628.132 t, correspondendo a apenas 10,31% das exportações brasileiras.

Quanto aos estados do Nordeste, exportadores de açúcar, destacam-se apenas, em relação à região, Alagoas e Pernambuco, com, respectivamente, 47,21% e 41,36% no ano de 1999. O Rio Grande do Norte e a Paraíba, como se pode observar na tabela nº 3, têm participação pouco expressiva.

Esta debacle foi provocada pela acentuação da crise da agro-indústria canavieira e pelo encerramento de atividades industriais de numerosas usinas. A questão se agrava devido ao fato de toda a região chamada da Mata do Nordeste, ser inteiramente dominada pela cultura da cana e que o encerramento das atividades industriais está provocando um desemprego em massa. Faltou ao governo a visão de agir imediatamente, procurando desenvolver na região atividades agrícolas que empregassem a mão de obra desocupada. Esta falta de ação governamental levou a movimentos populares de trabalhadores rurais, liderados por vários grupos, sobretudo pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) a promoverem invasões de propriedades que se tornaram não produtivas. Perde, assim, o poder público, a oportunidade de resolver a questão da terra fazendo a reforma agrária que desde o século passado vem sendo reivindicada pelos agricultores não proprietários e por políticos e estudiosos, como Joaquim Nabuco.

Tabela 3
Exportação de Açúcar do Brasil, do Centro-Sul e do Nordeste nas safras de 1988/89 a 1998/99 (em toneladas)

PAÍS/REGIÃO/ ESTADO	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
BRASIL	1.546.032	1.536.368	1.405.848	1.893.499	2.610.966	2.817.167	4.049.325	5.133.732	4.782.420	5.947.935	6.068.135
CENTRO-SUL	182.111	285.844	208.269	620.205	1.110.429	1.898.155	2.266.187	3.490.097	3.319.430	3.920.038	5.440.003
NORDESTE	1.363.921	1.250.524	1.197.579	1.273.294	1.500.540	919.012	1.763.138	1.643.635	1.462.990	2.027.897	628.132
MARANHÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PIAUÍ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CEARÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R. G. DO NORTE	0	0	16.381	16.000	14.000	13.804	35.500	40.000	40.350	66.000	62.184
PARAIBA	0	0	0	3.438	9.013	2.609	17.872	18.603	22.757	59.209	9.395
PERNAMBUCO	862.297	671.421	532.953	678.358	718.459	416.449	840.239	814.455	662.455	760.605	259.816
ALAGOAS	501.624	579.103	648.245	575.498	759.068	496.150	869.527	770.577	737.428	1.142.083	296.737
SERGIPE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BAHIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: MICT, AIAA, SINDALCOOL, SINDAÇUCAR/PE, SIND./AL, ASSUCAL/AL e Unidades Produtoras

No caso de Pernambuco, onde o problema é mais agudo, já sugerimos em estudo anterior que a mesorregião da Mata fosse objeto de uma intervenção, onde se mantivesse e até estimulasse a manutenção da cultura canavieira nas áreas mais favoráveis, do ponto de vista edáfico e climático; destinando-se uma segunda área, onde os declives de solo são mais acentuados, à cultura de árvores frutíferas e de florestas, por empresas, e uma terceira parte, mais apta a culturas de ciclo vegetativo curto, para a formação de propriedades familiares organizadas em cooperativas. Poder-se-ia até fazer experimentações com a organização de cooperativas que gerissem usinas de açúcar, como ocorre, no momento, com a usina Catende, com algum sucesso. A questão da crise da agro-indústria açucareira não é apenas econômica, mas também social e política.

04 – A produção de álcool

Quanto à produção de álcool, como se pode observar na tabela nº 4, ela alcançou no Nordeste, na safra de 1998/99, 1.509.801 m³, o que representou apenas 10,95% da produção nacional que se elevou a 13.783.387 m³. Proporção muito modesta, se a compararmos com o que ocorreu dez anos antes, na safra de 1988/89, quando a produção nordestina foi de 1.735.798 m³, enquanto a nacional foi de 11.717.471 m³, portanto de 14,81% da nacional. A produção de álcool vivia, então, uma fase muito favorável, com a chamada crise do petróleo, quando os países produtores do ouro negro elevaram os preços do barril do petróleo, levando o Brasil, grande importador, a desenvolver um programa de expansão da produção de álcool-combustível.

Este programa que financiou não só a ampliação da capacidade de produção das destilarias como também a implantação de destilarias autônomas, desligadas das usinas de açúcar. Vivia-se a época de otimismo, do chamado “milagre econômico”, e o governo federal dispunha de recursos para subsidiar a expansão de atividades econômicas. O financiamento, feito de forma a mais “generosa” aos grupos econômicos que quiseram dedicar-se ao ramo, teve consequências imprevisíveis; foram implantadas destilarias em áreas nem sempre favoráveis à cultura da cana, do ponto de vista ecológico, não se tomou medidas que impedissem o crescimento da poluição dos rios, em geral pouco caudalosos na época da moagem, permitindo que os resíduos

das destilarias fossem depositados nos mesmos, com consequências funestas, e favoreceu a expansão da cultura da cana por áreas anteriormente ocupadas por lavouras de subsistência ou pela pecuária voltada para o abastecimento do mercado local, provocando a queda de oferta de produtos alimentícios na própria área produtora.

Essa expansão dos canaviais teve forte impacto sobre a estrutura agrária, de vez que numerosas pequenas propriedades foram alienadas aos novos industriais e muitos estabelecimentos agrícolas situados em propriedades maiores, fossem extintos, com a expulsão dos agricultores, rendeiros e meeiros, afim de que os canaviais se expandissem. A intensificação da poluição dos rios contribuiria, a um só tempo, com um impacto sobre o regime alimentar da população pobre, ribeirinha, que utilizava a pesca artesanal como fonte de alimentos, e ainda na disseminação de moléstias favorecidas pelo desequilíbrio biológico, consequente do impacto dos resíduos industrializados nos rios. As medidas de caráter social, previstas na legislação do proálcool, não foram aplicadas.

No Nordeste, a evolução da produção alcooleira variou de um estado para outro; Alagoas, o estado de maior produção de cana e de açúcar da região, teve a mesma elevada durante todo o decênio; iniciada com 686.150 m³ na safra 1988/89, elevou-se para 882.628 m³ na safra seguinte, quando atingiu o ápice e começou a cair até 1993/94, quando desceu para 412.072 m³ e voltar a se elevar nas safras seguintes, até a de 1996/97, com 873.565 e cair sensivelmente na última safra (1998/99) para 527.014 m³.

Em Pernambuco, segundo produtor de álcool da região, observa-se uma produção expressiva desde a safra 1988/89 até a de 1991/92, quando se manteve acima de 500.000 m³, para oscilar nas safras seguintes e novamente se elevar na de 1996/97, passando a cair nas duas últimas safras, reduzindo-se, finalmente, a 386.803 m³ em 1998/99. O período de pique de 1996/97 foi uma espécie de “visita da saúde” que prenunciou a debacle a que chegamos.

Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, onde foram instaladas várias destilarias autônomas, de propriedade de grupos locais e pernambucanos, da fase dos

financiamentos “generosos”, houve um aumento expressivo dos canaviais e da produção de álcool mais que do açúcar, apenas com uma forte queda na safra 1993/94 e uma retomada do crescimento da produção nos anos que se seguiram. Nova queda se verificaria entre as safras de 1997/98 e a 1998/99. Apesar disto, observa-se um crescimento da participação dos dois estados na produção de álcool, se comparadas com a de Pernambuco e de Alagoas; a participação percentual do Rio Grande do Norte, que foi de 6,73% em 1988/89, elevou-se para 6,95% na safra de 1998/99; a da Paraíba elevou-se de 15,91% para 16,65% entre estas duas safras. Quanto aos dois estados maiores produtores, observa-se que o percentual alagoano mudou de 39,52% em 1988/89 para 34,90% em 1998/99 e o pernambucano de 30,47% em 1988/89 para 25,61% em 1998/99.

A análise da tabela mostra que é modesta a participação da Bahia, outrora importante produtora de açúcar e de álcool, e do Maranhão, face à implantação de novas destilarias, e insignificante a participação de Sergipe, do Piauí e do Ceará. Acreditamos que a grande queda ocorrida na safra de 1993/94 seja decorrente, principalmente, da grande seca que provocou uma queda substancial na produção de cana, e que a ocorrida nas últimas safras seja consequência, ao mesmo tempo, de uma nova seca e também da crise econômica que está incidindo sobre o setor canavieiro da região. São numerosas as usinas e destilarias, como já salientamos, que estão paralisando a moagem da cana e até sendo desmontadas e transferidas para os estados do Centro-Sul.

Tabela 4
Produção de Alcool no Brasil, no Centro-Sul e no Nordeste, nas Safras de 1988/89 a 1998/99 (em m3)

PAIS/REGIAO/ ESTADO	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
BRASIL	11.717.471	11.928.408	11.794.573	12.710.116	11.702.308	11.298.601	12.732.288	12.596.793	14.431.069	15.421.292	13.783.387
CENTRO-SUL	9.968.500	9.910.654	9.987.675	10.967.301	10.066.470	10.372.766	11.147.167	10.857.508	12.113.482	13.257.661	12.256.778
NORDESTE	1.735.768	2.004.981	1.796.458	1.734.834	1.622.081	903.427	1.554.194	1.705.244	2.290.380	2.130.718	1.509.801
MARANHAO	24.008	28.445	31.703	26.457	19.690	9.534	17.854	31.581	40.609	64.383	71.894
PIAUI	21.192	32.854	32.596	30.634	24.256	18.361	24.555	30.802	21.795	25.140	22.781
CEARA	24.190	21.103	17.370	12.806	5.124	3.007	6.545	16.654	17.047	12.554	17.122
R. G. DO NORTE	120.298	116.901	106.839	84.668	101.339	58.938	116.573	118.864	127.572	136.968	104.954
PARAIBA	276.224	283.309	264.574	273.542	251.020	116.725	260.785	277.685	334.994	310.291	251.324
PERNAMBUCO	528.994	582.951	517.072	507.966	424.586	221.057	405.248	489.778	706.756	554.492	386.803
ALAGOAS	686.150	882.628	778.368	734.906	718.637	412.072	637.570	615.020	873.565	841.076	527.014
SERGIPE	32.911	29.826	29.735	23.942	41.661	36.118	38.804	50.088	71.114	84.105	52.617
BAHIA	21.831	26.964	18.201	39.913	36.768	27.615	46.260	74.772	96.928	101.709	75.292

Fonte: MICT, AIAA, SINDALCOOL, SINDAÇUCAR/PE, SIND./AL, ASSUCAL/AL e Unidades Produtoras

A responsabilidade da queda da produção no período de seca pode ser constatada pelo fato de, na safra de 1993/94, não ter havido queda de produção no Centro-Sul, ao contrário do que ocorreria na safra de 1998/99, quando foi constatada também no Centro-Sul, onde não houve seca, pela confluência dos dois fatores, seca e crise econômica do setor. Crise econômica que foge à ação do governo federal, de vez que depende das oscilações do mercado externo.

05 – Que perspectivas e que soluções?

A crise da agro-indústria açucareira, que tem um impacto fortíssimo sobre o espaço nordestino, vem alarmando o governo brasileiro, tanto nos setores econômicos como nos políticos. Um dos exemplos que podem ser citados foi o pronunciamento feito pelo Senado Federal, pelo senador pernambucano, José Jorge (1999), em que detalha estatisticamente a situação existente e que leva à solicitação de medidas urgentes para a “salvação do Nordeste”. Salvação que para os grandes proprietários é representada pela concessão de auxílios à indústria e reimplantação da política do chamado “proálcool”, para as classes menos favorecidas e para os estudiosos da problemática social, seria a realização de uma política de racionalização da agroindústria e de aquisição de terras para reforma agrária. Reforma Agrária que iria complementar a Abolição da Escravatura, feita em 1888 (ANDRADE, 1983), sem que aos escravos libertos se desse o acesso à terra, como advogavam figuras de políticos eminentes, como Joaquim Nabuco e André Rebouças.

Deve-se ainda lembrar que, com a consolidação do Mercosul, pode ocorrer uma intensificação maior da produção sucro-alcooleira do Centro-Sul do Brasil, devido à ampliação do mercado com a incorporação de consumidores da Argentina, Uruguai, Paraguai e, em seguida, do Chile e da Bolívia, e o conseqüente impacto negativo sobre áreas tradicionalmente produtoras de açúcar e de álcool, como o Nordeste brasileiro e o Noroeste argentino, que não terão condições de competitividade em um mercado livre de taxas alfandegárias. A previsão do que pode ocorrer, a curto e médio prazos, é fundamental para qualquer política de planejamento sustentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e Pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e o seu impacto ecológico e social.** São Paulo. Edições da UNESP, 1994.

_____. **Tradição e Mudança. A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do sub-médio São Francisco.** Rio de Janeiro. Zahar Editores; 1983.

_____. **Usinas e Destilarias do Rio Grande do Norte e da Paraíba.** Mossoró. Coleção Mossoroense, 1988.

_____. **Abolição e Reforma Agrária.** São Paulo: Ática, 1987.

JORGE, José – **Pernambuco. Reestruturação Econômica da Zona da Mata.** Brasília. Senado Federal, 1999.

ABSTRACT

The Brazilian Northeast is traditionally a sugar cane production region, and was this product who led it to the prominent position on the Brazilian History from the 16th to the 18th centuries.

Today, the major part of the national sugar cane production comes from the Southeast Region (86,20% of national production), while the Northeast contributes with only 13,68% of it. The fall of the northeastern output derives from social and economical reasons. Furthermore, in the last years have occurred severe and long draughts.

The successive modernization interventions are having no strength to change the actual situation and to produce a sugar cane yield similar to which is founded in the Southeast and Centrowest regions.